



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA

THIAGO CRUZ DE ARAUJO

**O FETICHISMO DA MERCADORIA E A SOCIEDADE
BURGUESA CONSTITUÍDA**

CAMPINA GRANDE – PB
2014

THIAGO CRUZ DE ARAUJO

O FETICHISMO DA MERCADORIA E A SOCIEDADE BURGUESA CONSTITUÍDA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Graduação de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Valmir Pereira

**CAMPINA GRANDE – PB
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A447f Araujo, Thiago Cruz de
O fetichismo da mercadoria e a sociedade burguesa
constituída [manuscrito] / Thiago Cruz de Araujo. - 2014.
25 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
"Orientação: Prof. Dr. Valmir Pereira, Departamento de
Filosofia".

1 . Fetichismo da Mercadoria 2 . Fenômeno Social 3.
Alienação 4. Sociedade Burguesa I. Título.

21. ed. CDD 301

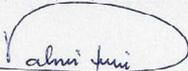
THIAGO CRUZ DE ARAUJO

O FETICHISMO DA MERCADORIA E A SOCIEDADE BURGUESA CONSTITUÍDA

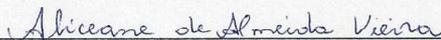
Aprovado em: 05/12/2014

Nota: 9,5 (nove e meio)

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Valmir Pereira
Departamento de Filosofia – CEDUC/UEPB
Orientador



Prof. M^a. Aliceane de Almeida Vieira
Departamento de Serviço Social – CCSA/UEPB
Examinadora



Prof. M^e. Fábio Henrique Rodrigues Sousa
Departamento de filosofia – CEDUC/UEPB
Examinador

CAMPINA GRANDE – PB

2014

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Severino e Maria Isa, por considerá-los essenciais em meu processo de formação humana.

Aos meus queridos irmãos, Gerson e Rodolfo, com os quais comungo de uma plena irmandade, para além da genética.

À minha amada noiva Danielle, por ter me dado através de seu afeto, o combustível necessário para não deixar sucumbir o ânimo diante das adversidades.

Aos meus grandes amigos, Arli, Jailson e Weverson, com os quais dividi grandes momentos.

Ao meu orientador Valmir, que espontaneamente aceitou me orientar nesse trabalho, tarefa que soube exercer com extrema tranquilidade e compreensão, motivos pelos quais lhe sou muito grato.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	06
2 - PRODUÇÃO MERCANTIL E SOCIEDADE BURGUESA.....	08
3 - ALIENAÇÃO E FETICHISMO NA SOCIEDADE BURGUESA.....	13
4 - PARA ALÉM DO FETICHISMO DA MERCADORIA E DA SOCIEDADE BURGUESA.....	20
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
6 -ABSTRACT.....	25
7 – REFERÊNCIA.....	26

O FETICHISMO DA MERCADORIA E A SOCIEDADE BURGUESA CONSTITUÍDA

Thiago Cruz de Araújo¹

RESUMO

O objetivo do presente artigo é analisar como o fetichismo da mercadoria, esta manifestação histórico-concreta do fenômeno social da alienação, generaliza-se de modo a conformar à sua lógica, o conjunto dos aspectos da vida humana na sociedade burguesa constituída. Em tal intento a pesquisa realiza um levantamento bibliográfico por meio da leitura e análise das obras de alguns dos principais autores que versam sobre a temática do fetichismo da mercadoria, com destaque especial para a análise fundamental desenvolvida por Karl Marx em torno da mercadoria, em sua obra magna, O Capital. Como resultado desta investigação, observa-se que a universalização da relação mercantil, como processo particular a sociedade burguesa constituída, opera concomitantemente, para a generalização por toda a existência humana, do fetiche próprio ao produto do trabalho humano quando transformado em mercadoria, o que resulta dizer que a sociedade burguesa é pródiga em encobrir os fundamentos sociais de seus processos em aparências fetichizadas. Deste modo chega-se a conclusão, que os intercâmbios humanos, em seu conjunto, tornam-se revestidos por feições reificadas, e ao encobrirem os processos alienantes em curso na sociedade, contribuem para a manutenção do atual estado de coisas. Portanto, torna-se necessário, por meio da crítica medular destes processos, descobrirem-se meios concretos de superação social.

Palavras-Chave: Fetichismo da mercadoria; Alienação; Sociedade burguesa; Produção mercantil; Reificação

1 – INTRODUÇÃO

A elaboração do presente artigo teve como ensejo a constatação de haver no debate atualmente em voga nas ciências humanas e no pensamento social de maneira abrangente, uma sintomática insuficiência em oferecer instrumentos analíticos que possibilitem uma leitura suficientemente crítica ao ponto de desnudar os mecanismos mais profundos do atual estágio da sociedade capitalista. A principal causa desta insuficiência é a nosso ver, a perniciosa conclusão de que estaríamos vivendo sob os auspícios de uma legítima ruptura sócio-cultural em relação à sociedade burguesa

¹ Graduando do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

moderna, cujo grau de consolidação é tal, que se chega a crer que mesmo a economia estaria submetida a novos imperativos, que não aqueles da lógica estrutural capitalista.

Discordando veementemente destas análises, observamos que ainda vivemos em uma sociedade fundada sobre a lógica do modo de produção capitalista, em que predomina a propriedade privada e a apropriação de excedentes. Entendemos de outro modo, que o que se está em curso não é uma ruptura, e sim, um sintomático processo de transformação societária, cuja principal causa é a reconfiguração do capital por meio do processo de reestruturação produtiva e de um novo regime de acumulação.

Tendo em vista a recorrente superficialidade apresentada pela diversidade de correntes de pensamento que se entrincheiram a favor da disseminação da idéia de ruptura sócio-cultural, o que se verifica é que o debate teórico ressent-se da ausência de categorias analíticas que possibilitem uma frutífera mediação entre as aparências e os fundamentos dos processos sociais. Neste sentido, entendemos que o pensamento social de Marx continua a demonstrar intensa vitalidade na direção de não só realizar a necessária crítica à sociedade burguesa, mas de também apresentar os vetores que tornam possível a sua superação. A demonstração deste fato é em grande medida o ânimo deste trabalho.

Feitas estas preliminares considerações, salientamos que o objetivo do presente artigo é *analisar como o fetichismo da mercadoria, esta manifestação histórico-concreta do fenômeno social da alienação, generaliza-se de modo a conformar à sua lógica o conjunto dos aspectos da vida humana na sociedade burguesa constituída*, tendo como pressuposto a existência histórica de um peculiar modo de produção mercantil – o capitalista - em que a universalização da *forma mercadoria* acontece a tal ponto, que esta se transforma no princípio balizador para o entendimento das formas de sociabilidade em curso.

Neste intento será de medular importância a utilização da teoria marxiana da Alienação e seus desdobramentos específicos na teoria do Fetichismo da mercadoria e na teoria da Reificação, como encaminhamento lógico. Consideramos que tal instrumental analítico é de cabal importância para uma apurada apreensão dos fenômenos sociais em curso, pois ele possibilita o desvelamento dos mecanismos alienantes próprios a sociedade burguesa, inspirados na forma do fetichismo da mercadoria, em seu fundamento de apresentar os produtos e as relações sociais sob um aspecto coisificado.

Para tanto, o conteúdo deste trabalho foi organizado em três seções: a primeira seção *Produção mercantil e sociedade burguesa* versa sobre a especificidade assumida

pela produção mercantil capitalista em contraste com as existentes em sociedades precedentes, em seu imperativo de transformar os produtos do trabalho humano e a própria força de trabalho em mercadoria; na segunda seção *Alienação e fetichismo na sociedade burguesa*, desenvolve-se a análise sobre a especificidade do fenômeno social da alienação encarnada na sociedade burguesa sobre a forma do fetichismo da mercadoria, em seu fundamento de revestir os produtos do trabalho humano e as relações sociais em formas coisificadas. E na terceira seção *Para além do fetichismo da mercadoria e da sociedade burguesa*, a partir da apresentação da factualidade histórica do fetichismo da mercadoria no capitalismo contemporâneo, discute-se a necessidade de superação desta modalidade de sociedade e de seus fenômenos específicos, onde será considerada a esse favor a medular relação entre Trabalho e Ser social.

2 – PRODUÇÃO MERCANTIL E SOCIEDADE BURGUESA

O fetichismo da mercadoria se apresenta como uma forma nova e inédita de manifestação do fenômeno social da alienação, particular a sociedade burguesa constituída, âmbito sócio-histórico onde pelas peculiaridades do modo de produção capitalista, a mercadoria, além de constituir-se como forma celular da economia, apresenta-se como a chave para a compreensão do conjunto das relações sociais e de todas as dimensões da vida social.

Neste sentido é imprescindível ao escopo do nosso estudo delimitar a compreensão que usaremos em relação à sociedade burguesa. Ao nosso entendimento, a *sociedade burguesa constituída* é fundamentalmente a *sociedade capitalista moderna*, e, portanto, é necessário frisar, que compreendemos como capitalista, essencialmente, a *sociedade moderna onde a intensa produção de mercadorias se assenta sobre o trabalho assalariado dos que vendem a sua força de trabalho aos que são possuidores dos meios de produção* (Vilar, 1988).

Portanto, diferenciamos *relações sociais capitalistas* - que existiram no seio da própria sociedade feudal - de uma sociedade condicionada por um *modo de produção capitalista*, e fundada em um processo histórico-concreto em que as revoluções políticas sancionaram as transformações estruturais, e em que uma nova classe –notadamente a burguesia - passou a exercer a hegemonia sobre o Estado e sobre as formulações ideoculturais.

Como resultado do papel historicamente revolucionário exercido pela burguesia, através de sua afirmação como *classe para si* na dinâmica social, a passagem qualitativa da sociedade feudal para a sociedade burguesa capitalista, significou estruturalmente a emergência e a consolidação de uma sociedade assentada sobre uma singular *produção mercantil*, cuja dinâmica desagregadora, ao conformar todos os aspectos vitais da estrutura social a sua lógica – a lógica mercantil capitalista – desestabilizou ou destruiu todas as instituições que serviam de base à sociedade feudal.

Neste processo observamos particularmente a forma assumida pela *circulação de mercadorias* na sociedade capitalista moderna em distinção à sociedade feudal – e a todas as demais sociedades pré-capitalistas - onde o caráter periférico e contingencial, não fazia exercer influência sensível na estrutura fundamental da sociedade.

Na sociedade feudal, onde o fundamento da estrutura social era a posse sobre a terra e em que havia baixo desenvolvimento das forças produtivas, existia de modo comum às sociedades pré-capitalistas, a preponderância de uma produção determinada pela necessidade social e não pelo enriquecimento pessoal, e portanto, a utilização de capital não se fazia tão necessária. O incipiente intercâmbio de mercadorias era majoritariamente organizado para o atendimento de mercados semanais de alcance estritamente local, e assim, condicionado por uma limitada produção artesanal e por uma contingente produção camponesa de excedentes que se endereçavam a permuta. Marx é sintético quanto ao caráter da produção e troca de mercadorias então:

O valor de troca não tem uma forma independente, mas ainda está ligado diretamente ao valor de uso. Isso se mostra de duas maneiras. Em toda sua organização, a própria produção está voltada para o valor de uso, e não para o valor de troca; e é somente por exceder a quantidade necessária ao consumo que os valores de uso deixam de ser valores de uso e se tornam meios de troca, mercadorias. (MARX apud LUKÁCS, 2003, p. 195)

Deste modo prevalece na sociedade feudal uma *produção mercantil simples*, onde o produtor através de *trabalho pessoal* tem o controle sobre as condições e os *instrumentos de produção*, e cujo objetivo principal da venda de mercadorias era o de obter outras mercadorias para o consumo pessoal ou instrumentos e matérias-primas, que serviriam para a continuidade do processo de produção, onde o dinheiro serve apenas para a intermediação entre mercadorias, e onde há uma relação quase que direta entre produtor e consumidor (Netto e Braz, 2009).

O renascimento do comércio entre os séculos X-XI, possibilitado pela criação de técnicas agrícolas mais produtivas e pelo estabelecimento de rotas comerciais com o Oriente, por meio da ampliação das trocas de mercadoria, e conseqüentemente, da

produção para a troca, incidiu em sensíveis metamorfoses na estrutura societária feudal, que se viu impactada pela ampliação dessa lógica desagregadora, cuja tendência a converter os produtos sociais em mercadorias, compete com as formas de apropriação comunitárias.

Assim, as condições que contextualizavam o modo de existência da produção mercantil simples feudal modificam-se, com a crescente intervenção exercida pelos comerciantes no processo de *circulação das mercadorias*, esfera em que atuando como intermediários, buscam o acúmulo de dinheiro por meio do *lucro* originado pelo acréscimo de valor nos preços de venda em relação aos preços de compra das mercadorias.

Há desta maneira, uma ruptura em relação ao sociometabolismo feudal, com a promoção do consumo de *mercadorias* - especialmente aquelas trazidas através das rotas estabelecidas com o Oriente—a intensificação das *relações de troca* estabelecidas em *dinheiro* - em detrimento das complexas e dificultosas relações de permuta - e sincronicamente, a elevação da importância social de um grupo que empreendia atividades de natureza comercial - os mercadores - e a ascensão de uma nova forma de riqueza que não se fundamentava na posse da terra, e sim no acúmulo progressivo de dinheiro.

A relação quantitativa, segundo a qual os produtos são trocados, é totalmente contingente de início. Eles assumem a forma de mercadoria tão logo sejam passíveis de troca em geral, isto é, tão logo sejam expressões de um terceiro elemento. O prosseguimento da troca e a reprodução regular para a troca reduzem cada vez mais esse caráter contingente. Inicialmente, não para os produtores e os consumidores, mas para o intermediário entre os dois, o comerciante que compara o preço monetário e embolsa a diferença. (MARX, apud LUKÁCS, 2003, p. 197)

A ascensão deste capitalismo mercantil tomará proporções contundentes, quando já nos séculos XV e XVI o *avanço das forças produtivas*, ocasionados pelo surto de invenções científicas impulsionará a consolidação de uma economia de base mercantil, possibilitando a *expansão marítima* e a constituição de um *mercado em escala mundial*, que modifica o sistema produtivo europeu, no sentido de estimulá-lo a produção para o grande comércio.

Entretanto, mesmo havendo uma produção mercantil de forma ampliada e uma extensa utilização de dinheiro como meio de troca, neste estágio a forma mercadoria não exerce o condicionamento mencionado no conjunto da sociedade, pois não há aqui um modo de produção especificamente capitalista. Este pressupõe a *separação dos produtores diretos do controle dos meios e processos de produção*, e a existência de

duas classes distintas de pessoas: a dos capitalistas, que dispõe de recursos para a compra dos meios de produção e a dos proletários, que dispõe pouco mais que de sua força de trabalho como mercadoria pela qual é paga na forma de *salário*.

As condições históricas da existência do modo de produção capitalista não se limitam à simples circulação de dinheiro e mercadorias. Ele só pode florescer quando o dono dos meios de produção e subsistência encontra no mercado o trabalhador livre, que vende a sua capacidade de trabalho (MARX, apud SWEEZY, 1962 p. 88)

Neste sentido opera o longo e intrincado processo histórico de *acumulação primitiva de capital*, caracterizado fundamentalmente pela violenta e legalizada expropriação agrária dos camponeses, que uma vez despossuídos de meios de subsistência, passaram a engrossar nas cidades o contingente de força de trabalho “livre”, que possibilitou a emergência da classe assalariada.

Então, diferentemente da produção mercantil em que o comerciante figura tão somente como elo no processo de circulação de mercadorias, e cujo lucro é obtido do bolso da diferença monetária entre compra e venda, na produção mercantil capitalista torna-se imprescindível exercer o controle também no *processo de produção*, onde através da *exploração da força de trabalho* do produtor, obtém-se o lucro por meio da apropriação de um valor excedente que surge da relação de diferença entre o que o capitalista paga ao produtor na forma de salário, e o valor maior que este produz através da sua atividade, o que em termos gerais resulta na forma *mais-valia*.

Deste modo, do trabalho em cooperação simples até o estabelecimento das *manufaturas*, delinea-se a organização de uma nova *divisão do trabalho*, que aumenta sensivelmente a produtividade dos trabalhos individuais e impinge aos trabalhadores em seu conjunto, a submissão a um ritmo mais intenso e a uma rígida disciplina, que somados aos baixos salários pagos, possibilitaram por parte dos capitalistas, a extração da mais-valia absoluta. Grosso modo, este processo significa a apropriação cada vez maior do trabalho por parte do capital:

Na segunda metade do século XVIII, a ofensiva do capital sobre o trabalho avançou: à cooperação passa a suceder a **manufatura**. Aqui, já não se trata de reunir trabalhadores num espaço físico determinado; trata-se de reuni-los e de *especializar* suas atividades – com a manufatura, o capital introduz na produção uma divisão do trabalho específico: a divisão capitalista do trabalho no interior das unidades produtivas. (NETTO e BRAZ, p. 111-112 grifo do autor)

Com a Revolução industrial, no último terço do século XVIII a partir da Inglaterra, quando o avanço sem precedentes das forças produtivas transforma a produção industrial - a grande indústria - na base do processo de produção e reprodução

do capital, consolida-se a existência de um modo de produção de controle total do processo de produção – o capitalista - que se caracteriza por uma forma de divisão do trabalho paulatinamente mais complexa, onde o produtor, submetido às máquinas, perde sensivelmente a noção geral do processo de produção e tem o valor de sua força de trabalho socialmente diminuído.

Finalmente, com a generalização da grande indústria e a consolidação da produção mercantil capitalista fundamentada no trabalho assalariado, na propriedade dos meios de produção e numa complexa divisão do trabalho, e tendo como pressuposto a transformação da própria força de trabalho em mercadoria, é que se pode dizer que a forma mercadoria se universaliza, e, portanto, há a mercantilização do conjunto das relações sociais.

Deste modo, conclui-se que a sociedade burguesa constituída tem como fundamento das suas sociabilidades a forma mercadoria, que nestas condições reveste-se de um enigma, o fetichismo da mercadoria, que será objeto de nosso estudo a partir de então.

3 – Alienação e fetichismo na sociedade burguesa

Uma vez abordado o caráter historicamente peculiar da produção mercantil capitalista, considerado em contraste às sociedades precedentes, em seu imperativo de transformar os produtos sociais em mercadorias, inclusive a própria força de trabalho, cabe a partir de então, analisar como o fetiche que se depreende dessa condição historicamente objetiva, generaliza-se de modo a conformar o conjunto das relações sociais nos marcos da sociedade burguesa constituída à lógica mercantil, escamoteando o fundamento social dos processos alienantes vigentes nessa sociedade.

Neste intento, considerando de modo consonante o fetichismo da mercadoria como uma manifestação historicamente particular do fenômeno social da alienação (Vázquez, 1979 e Netto, 1981), torna-se necessário preliminarmente ponderarmos sobre este, para que então possamos apanhar de modo mais saliente a peculiaridade do fetichismo.

Nesta direção, tomemos de Netto a definição para o fenômeno geral da Alienação, quando este diz que:

A alienação, complexo simultaneamente de causalidades e resultantes histórico-sociais, desenvolve-se quando os agentes sociais particulares não conseguem discernir e reconhecer nas formas sociais o conteúdo e o efeito de sua ação e intervenção; assim, aquelas formas e, no limite, a sua própria

motivação à ação aparecem-lhes como alheias e estranhas. (NETTO, 1981, p. 74)

Deste modo, a Alienação constitui o fenômeno social em que os produtos da ação humana adquirem propriedades e força que lhe parecem ser autônomas, de modo que os sujeitos, reais artífices das condições sociais, desaparecem-se desta sua qualidade criadora, e por conseguinte, não conseguem reconhecer nas mediações sociais os vínculos que os ligam ao conjunto e ao dinamismo da vida social. Assim, erguem-se potências, que aparentemente destituídas do seu fundamento social, por ganharem validade independente das relações sociais, subordinam os agentes sociais particulares.

Essa plasmação das atividades sociais, essa consolidação de nossos próprios produtos num poder material erigido sobre nós, isento de nosso controle, que levanta uma barreira diante de nossa expectativa e destrói nossos cálculos, é um dos momentos fundamentais que se destacam em todo o desenvolvimento histórico anterior. (MARX apud VÁZQUEZ, 1977, p. 442)

Portanto, considerando a concretude histórica, a emergência da Alienação tem como pressuposto a existência de sociedades assentadas na *divisão do social do trabalho*, na *apropriação privada dos produtos e/ou dos meios de produção* e na *exploração do trabalho*, apresentando-se como conjunto de condicionantes que se articulam de acordo com as formas particulares de produção (Barroco, 2010).

Nestas condições, o sujeito produtor submetido às características das relações sociais de produção historicamente determinadas, sendo subtraído no processo de apropriação social da riqueza, mantém uma relação de exterioridade com o produto do seu trabalho, sendo-lhe também subtraída a noção transformadora do seu trabalho como atividade prática.

Nos marcos do modo de produção capitalista, onde se constitui a produção de riqueza por excelência em virtude do absurdo desenvolvimento das forças produtivas, esta discrepância entre a riqueza social que é produzida e as formas de apropriação da mesma adquire dramáticas proporções e contribui sobremaneira para a existência do *trabalho alienado*. Esta condição instigou em Marx a constatação de que no modo de produção capitalista, o trabalhador ao produzir a riqueza produz proporcionalmente a sua miséria, como se pode observar na passagem a seguir:

O trabalhador fica tanto mais pobre quanto mais riquezas ele produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto maior número de bens produz. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens em proporção direta. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se a si mesmo como uma mercadoria, e, justamente na mesma proporção que produz bens. (MARX, 1993, p. 159 apud BARROCO, 2010, p. 32 grifo do autor)

Assim, ao invés de o trabalho como atividade prática de objetivação se apresentar como manifestação das potências criadoras dos trabalhadores, no modo de produção capitalista - em que comanda a propriedade dos meios de produção e do excedente produtivo - o trabalho torna-se um processo degradante de alienação, que impinge ao trabalhador uma sensação de estranhamento e alheamento em relação ao produto do trabalho - que não lhe pertence - e à sua própria atividade - que não lhe realiza em plenitude - em todas as instâncias do processo produtivo, que por ser fragmentado e parcelado, restringe a utilização de múltiplas habilidades aos trabalhadores.

Considerando o trabalho como gênese da sociabilidade, observa-se assim, que a alienação extrapola a específica relação do homem com o seu trabalho, e por isso, tende a conformar o conjunto das relações sociais, que então se tornam impregnadas pelos aspectos alienantes historicamente em curso. Isto resulta dizer, que a sociedade assentada sobre o modo de produção capitalista, considerando o nível de alienação engendrado pelas suas formas de apropriação privada da riqueza, divisão e exploração do trabalho, experimenta um gênero particular de alienação, que pelas características próprias a sociedade capitalista moderna, possui um caráter conformador das sociabilidades nunca *experimentado historicamente*.

Neste estágio prossegue a questão que fundamenta a alienação como processo em que o trabalho e os produtos do trabalho adquirem um caráter alheio ao trabalhador, assim como uma feição que lhe é hostil e dominadora, entretanto, a apreensão concreta da determinação histórico-social dos processos alienantes vigentes na sociedade burguesa constituída, apenas será possível através da situação do produto humano (objeto estranhado), na forma que então ele se apresenta de maneira dominante nesta sociedade, ora seja, na forma mercadoria, entendida como célula econômica da sociedade burguesa.

Não por acaso, no intuito de captar o fundamento e o dinamismo próprios à sociedade burguesa, Marx, tenha iniciado sua abordagem através de uma análise apurada da estrutura da mercadoria e do processo social que lhe permite transformar-se em fundamento das formas de sociabilidade em curso. Neste aspecto Lukács é basilar:

Não é de modo algum casual que as duas grandes obras de maturidade de Marx, que expõem o conjunto da sociedade capitalista e revelam o seu caráter fundamental, comecem com a análise da mercadoria. Pois não há problema nessa etapa do desenvolvimento da humanidade que, em última

análise, não se reporte a essa questão e cuja solução não tenha de ser buscada na solução do enigma da *estrutura* da mercadoria. (LUKÁCS,2003, p. 194)

Assim, na busca de desnudar os mecanismos alienantes concretos e particulares a sociedade burguesa constituída se faz primordial a tarefa de desvendar o porquê do caráter misterioso assumido pelo produto do trabalho humano quando este adquire a forma mercadoria, fenômeno que representa em aspecto fundamental, o *fetichismo da mercadoria*, próprio a sociedade onde vigora a produção mercantil capitalista.

A mercadoria, tomada em si é um objeto, que uma vez dotado pelo trabalho humano de propriedades físicas e naturais, destina-se ao atendimento de necessidades humanas, sejam elas de ordem material ou espiritual. Neste aspecto particular, a atribuição de seu valor dá-se na medida em que as suas propriedades físicas suprem necessidades humanas concretas, e, portanto, levando-se em consideração a sua utilidade, diz-se que o trabalho humano concreto gera um *valor de uso*(Marx, 1980).

Entretanto, para que um objeto possa transformar-se em mercadoria, além de atender necessidades sociais como valor de uso, este tem que ser produzido em série e destinar-se ao uso alheio através de relações de troca, quando então a determinação do seu valor deixa de ser balizada pela sua utilidade, e, obedece a outras determinações ditadas pelas relações de mercado e pelos interesses sociais, onde então adquirem valor de troca. Diz-se assim que a mercadoria é o produto do trabalho humano concreto quando este é posto em relação de troca.

Por sua vez, para que duas mercadorias possam ser trocadas entre si é necessário que exista algo que se apresente em comum entre ambas e que permita então a relação de troca. Este algo só é possível de determinar quando ao abstrair-se as particularidades próprias aos objetos enquanto valor de uso - o que significa também não considerar o trabalho enquanto atividade específica que dota os produtos de propriedades sensíveis – e identifica-lo na forma abstrata do trabalho socialmente necessário. A este ponto vaticina Marx,

Pondo de lado seu valor de uso, abstraímos, também, das formas e elementos materiais que fazem dele um valor de uso. Ele não é mais uma mesa, casa, fio ou qualquer outra coisa útil. Sumiram todas as suas qualidades materiais. Também não é mais o trabalho do marceneiro, do pedreiro ou de qualquer outra forma de trabalho produtivo. Ao desaparecer o caráter útil dos trabalhos nele corporificados, desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto; elas não mais distinguem-se umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato. (MARX, 1980, p. 45)

Na forma mercadoria a concretude do trabalho humano é preterida por uma genérica noção de *trabalho humano abstrato*, que destitui os caracteres qualitativos das diversas formas de trabalho, e os disfarça sob a expressão do valor de troca. Assim, a mercadoria, através dessa alienação dos valores de uso específicos, encarna a expressão da quantidade de tempo de trabalho geral como o determinante do seu valor.

Todavia, na medida em que o produto do trabalho humano apenas assume a forma mercadoria quando posto em relação de troca, tendo assim abstraída as qualidades específicas dos produtos em trânsito, observa-se que o que se expressa neste intercâmbio é uma relação entre diversos trabalhos humanos - eminentemente de natureza social, como é todo e qualquer trabalho - e desta forma, pode concluir-se que na forma mercadoria objetiva-se uma *relação social*, onde o produto de uma atividade humana é trocado por outra.

Entretanto, esta relação se apresenta para a sociedade de uma maneira invertida como relações entre coisas, e é neste ponto que se encontra o âmago da questão aqui tratada, pois, as relações sociais apresentam-se sob uma aparência coisificada, quando relações de cunho social entre os produtores, diante de circunstância objetivas, adquirem a forma de relações entre os produtos do trabalho. Assim, transformam-se em fetiches na proporção em que uma vez destituídas dos fundamentos sociais, as características dos produtos apresentam-se como inerentes a si mesmos. Finalmente, o fetiche que permeia a forma mercadoria está posto, quando as relações sociais estabelecidas entre os homens apresentam-se de maneira a serem encobertas como relações entre coisas.

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, á margem deles entre os produtos do seu próprio trabalho. (MARX, 1980, p. 81)

Este fetichismo atribuído à mercadoria, por sua vez, não é fruto de uma representação subjetiva, uma mera aparência, mas é de outra maneira, parte integrante do caráter social do trabalho humano quando este assume aquela forma, de modo que se pode atribuí-lo a própria natureza específica da produção mercantil.

Diante desta constatação, reiterando a especificidade da produção mercantil capitalista em seu imperativo de converter tudo em mercadoria, percebe-se assim, que na sociedade em que vigora - notadamente na sociedade burguesa constituída - onde a

forma mercadoria assume tal grau de generalidade, há concomitantemente, a generalização do fetichismo por todo o âmbito social. Isto equivale a dizer, que a sociedade burguesa constituída é prodiga em encobrir as relações sociais sob a aparência de relações entre coisas, onde então, adquirem poderes aparentemente independentes dos humanos.

Assim, a peculiaridade assumida pela alienação na sociedade burguesa constituída, reside no fato de que, uma vez havendo a generalização da forma mercadoria, que a faz tornar-se fundamento das formas de sociabilidade, os processos alienantes são reproduzidos em todas as instâncias sociais e a lógica mercantil preside toda a sociedade. Desta forma, o fetiche da mercadoria não se limita a esfera da produção, mas invade o conjunto das relações sociais, produzindo relações coisificadas, num processo onde se universaliza a apreensão dos processos sociais a partir das suas aparências, em detrimento das determinações essenciais.

Por *reificação* se denomina este fenômeno em que relações sociais aparecem como relações entre coisas, apresentando-se como uma encarnação da alienação específica a sociedade burguesa constituída, em seu fundamento de persuadir a essência das relações por meio das formas reificadas das aparências. Aqui, o arquétipo próprio às relações mercantis, adquire uma objetividade tal, que se transforma no principio régio conformador do metabolismo da sociedade, atuando decisivamente para o surgimento de sociabilidades coisificadas e balizadas pela posse material e espiritual.

Esta reificação das relações humanas encontra a sua expressão mais bem acabada na forma dinheiro, que por meio de seu poder de troca, ao possibilitar a mediação entre os indivíduos e as suas necessidades, tem a capacidade de dotar o seu possuidor de virtudes e qualidades que este essencialmente não apresenta. Aqui o caráter fetichista é mais explícito, pois, a riqueza humana, como resultado material e espiritual da produção social, é cristalizada na forma de uma coisa que tem existência exterior aos indivíduos. Assim, aquilo que é específico às qualidades sociais e humanas apresenta-se em função daquilo que a posse de dinheiro possibilita, e, portanto, há neste aspecto uma contradição entre o que se tem e o que se é.

Podemos reter desta condição específica um aspecto medular do fetichismo, ora seja, o de operar em todas as conjunturas da sociedade, a completa supressão das mediações sociais, de modo que, uma vez reificadas, as relações sociais assumem validades autônomas, a tal ponto cimentadas, que apesar de estranhas, tornam-se aparentemente relações naturais.

Isto ocorre indubitavelmente, pelo condicionamento exercido pelo modo de existência da produção capitalista, em que o nível de racionalização e mecanização do processo de trabalho, extremamente fragmentado, além de esvanecer as qualidades específicas dos trabalhadores, ainda os subtrai do papel de sujeitos do processo de produção, ao submetê-los a uma complexa e especializada divisão social do trabalho onde se encontram subordinados a abstratas e calculistas leis de organização e funcionamento (Lukács, 2003).

A submissão à mencionada divisão social do trabalho, cujo processo é extremamente fragmentado, incide na perda da noção da totalidade, e, por tabela, na emergência de formas reificadas de consciência, que por isso, tendem a aceitar como válidas as formas assumidas pelas relações sociais de produção, e, mais ainda, as relações sociais em sua totalidade.

Este processo de reificação, que alcança a própria consciência, adquire contornos mais sensíveis no capitalismo monopolista, que por meio da reestruturação do capital*, procede à fase do capitalismo da livre concorrência, que perdura até fins do século XIX, quando ainda, a mencionada racionalização e a burocratização limitavam-se a esfera da produção, estando à esfera do consumo abandonada as intempéries das insondáveis “leis de mercado” (Coutinho, 2010, pp. 68-9). A partir de então, ocorre a extensão do controle próprio ao processo de produção capitalista ao âmbito do consumo privado, num extremo que rastreia os caracteres mais singulares dos indivíduos submetidos a este processo.

Nessas condições – observa Horkheimer – é a vida de cada indivíduo (aqui compreendidos seus impulsos mais secretos, que outro representavam um seu domínio privado) que deve levar em conta as exigências da racionalização e da planificação. (HORKHEIMERapud COUTINHO, 2010, p. 70)

Assim, além do processo do trabalho produtivo, a racionalização a que os trabalhadores estão submetidos os alcança em seu próprio “tempo livre”, onde ao invés de se desvencilharem das formas de controle, de outro modo, em decorrência da estrutura assumida pelo capitalismo, tornam-se induzidos a transformar o tempo de lazer em “tempo de consumo”, estando submetidos, por sua vez, a racionalizados aparatos de produção de necessidades artificiais (Coutinho, 2010).

A publicidade torna-se instrumento especial a este favor, atuando sobremaneira para a manutenção de elevados padrões de consumo, por meio da promoção de sofisticadas formas de fetiche, onde as necessidades humanas apresentam-se como objeto de quantificação e manipulação. Neste sentido, similarmente ao esvanecimento

que se procede às qualidades específicas dos trabalhos concretos na esfera de produção, a ampliação da lógica própria ao processo de produção capitalista a esfera do consumo opera para o esvanecimento das especificidades dos indivíduos e suas necessidades.

Deste modo entende-se que na medida em que a organização capitalista historicamente amplia o seu espaço de controle na vida social, o fetiche da mercadoria, como fenômeno específico a esta forma de organização da produção social, tende a se espalhar a todos os aspectos da vida humana, de modo a conformar à sua lógica o conjunto das relações sociais.

4 – Para além do fetichismo da mercadoria e da sociedade burguesa

A facticidade histórica do capitalismo contemporâneo, sob os auspícios da verdadeira transformação societária que emergiu nos anos 1970, tendo como fundamento a passagem do regime de acumulação *rígido*, consolidado no período pós-Segunda, para o regime de acumulação *flexível* do capital (e seu correspondente modo de regulação sócio-político) como resposta dada pelo capital monopolista, a crise então deflagrada, tem como um de seus principais pressupostos, a consolidação do transbordo da organização capitalista da vida social, da esfera da produção, para as demais esferas da existência humana, caracterizando assim, um processo de universalização dos processos alienantes próprios ao modo de produção capitalista (Netto, 1996).

Neste estágio da sociedade burguesa a extensão e a profundidade do controle exercido pelo vetor da lógica mercantil capitalista são a tal ponto asfíxiantes, que mutilam, em todos os meandros da existência social, a margem de autonomia e poder experimentada pelos indivíduos, que por isso, encontram-se acossados por imperativos aparentemente difusos. O que se experimenta concretamente neste sentido é a universalização do fetiche encrustado na forma mercadoria, que de outro modo, não mais se limita a esfera da produção, mas se estende para toda a organização social.

Tais processos não envolvem apenas os produtores diretos: penetram e conformam a totalidade das relações de produção social e das relações que viabilizam a sua reprodução. Sob o salariato não se encontra mais apenas a classe operária, mas a esmagadora maioria dos homens; a rígida e extrema divisão social do trabalho subordina todas as atividades ‘produtivas’ e ‘improdutivas’; a disciplina burocrática transcende o domínio do trabalho para regular a vida inteira de quase todos os homens, do útero a cova. (NETTO, 1981, p. 82)

Deste modo, não há aspecto da vida humana na sociedade burguesa que não tenha sido impactado, de maneira direta ou indireta, por essa maré montante que tende a

forjar para os agentes sociais, formas fetichizadas de vivência e representação, que os conforma a favor da lógica do capital, e, portanto, da sociedade burguesa (Netto, 1981).

À bordo da racionalização que passa a conformar o conjunto do processo *produção-circulação-consumo*, o fetiche próprio a forma mercadoria tende a desvirginar dimensões da vida humana que anteriormente, intocadas pela lógica mercantil, serviam a favor do exercício da plenitude humana e do gozo de uma compensatória autonomia, em resposta a submissão imposta no processo de trabalho. Portanto dimensões como o erotismo, a fruição estética, as manifestações artísticas, etc., são a tal ponto balizadas pela lógica da mercadoria, que passam a introjetar mesmo, características que lhe são peculiares, como a descartabilidade e a efemeridade.

Alinhados a esse vetor são também aquelas manifestações que arrogam algum tipo de contrariedade social, pois tão logo emergem, igualmente tendem a ser instrumentalizadas em favor da sociedade burguesa, tendo os seus princípios preteridos e alçados os seus aspectos superficiais, que então descontextualizados, podem ser devidamente mercantilizadas.

A generalização dessa lógica borra mesmo a própria apreensão da realidade, que passa a ser identificada com a sua aparência imediata, num nível, portanto, onde não são perceptíveis os fundamentos que condicionam tal estado de coisas. Assim, além do processo produtivo, os sujeitos sociais, entendem-se encadeados em processos sociais que aparentam ser orientados por um poder alheio, cuja fisionomia, por não ser reconhecível, parece inviabilizar qualquer tipo de ação, e, portanto, torna estas forças aparentemente inexoráveis.

Isto ocorre fundamentalmente, porque, no capitalismo contemporâneo, da *globalização econômica* consolidada e dos intensos fluxos monetários internacionais, a metástase do fetichismo da forma mercadoria, além de imprimir um caráter de coisa às relações sociais, tende a atuar mais radicalmente, moldando as formas de objetivação humanas, que, portanto, coisificadas, tornam-se intransitivas em relação a seus sujeitos sociais.

O indivíduo inserido neste contexto se encontra profundamente despossuído de qualquer tipo de autonomia, e assim, fica à deriva, como acontece no processo de produção, de processos sociais, cuja objetividade reificada, os subordina por razões que lhe são estranhas, mas, aparentemente, naturais. Aqui é a própria individualidade que se torna extremamente fragmentada, tanto são os papéis que os sujeitos sociais têm que assumir a depender da instância fetichizada em que se encontra (emprego, colégio,

banco, etc.), na carência de atividades sociais que apontem para um processo de sua retotalização.

Neste aspecto, na busca desta retotalização da individualidade humana, que é negada pelos motivos expostos, nos marcos da sociedade burguesa, a análise do fetichismo da mercadoria, mostra-se extremamente fecunda quanto ao fato de desvendar as mistificações típicas à sociedade onde é fenômeno particular. Entretanto, mesmo tendo esta potencialidade, faz-se necessário não limitar-se a esfera da análise, e mais que isso, encontrar meios concretos de superação desta modalidade de sociedade, cujo fetichismo, como fenômeno específico, tende a desumanizar as relações sociais. Estes meios reportam fundamentalmente para a relação essencial entre o Trabalho e o Ser Social.

O *Trabalho*, como atividade fundamental através da qual os seres humanos possibilitam a produção e reprodução de sua existência, transformando a natureza de acordo com o atendimento das necessidades, ocupa justamente por isso, uma centralidade ontológica no processo de constituição do *Ser social*. Por meio dele que o ser humano praticou o salto ontológico primário, que o transformou de ser natural em ser social, num processo em que a sua relação essencial com a natureza passa a ser balizada por diferentes formas de mediação, de forma a modelar uma natureza distintamente social.

Portanto, tomado em sua centralidade ontológica, o trabalho é fundamentalmente responsável pela humanização do próprio ser humano, meio pelo qual foi possível o refinamento de suas capacidades e o domínio necessário sobre a natureza, e mais ainda, sobre si próprio. Por meio dele, é possibilitado ao ser humano o encontro com a sua plenitude criativa, ao unirem-se em uma *atividade prática e consciente*, o fazer e o pensar, como capacidades que dotam de unidade o Ser, que assim experimenta a sua totalidade.

Na sociedade burguesa, fundada na apropriação dos meios de produção, na divisão do trabalho e na exploração dos sujeitos produtores, é justamente o caráter humano do trabalho que é negado, pois ao invés de significar a manifestação do potencial criativo dos indivíduos, significa sim, a alienação deste potencial. Aqui o ser humano e o trabalho tornam-se mercadorias.

A divisão e a organização do trabalho, tendo como imperativo o aumento da produção, retiram dos sujeitos produtores a dimensão consciente do processo de trabalho, e o produto do trabalho, ao encarnar a forma mercadoria nega o conteúdo

humano de suas propriedades, fazendo-lhes parecerem propriedades inatas, num fetiche que encobre os caracteres humanos do trabalho.

Portanto, a superação de tal estado de coisas pressupõe fundamentalmente uma transformação do processo de trabalho, restituindo a sua unidade ontológica entre fazer e pensar, e assim, permitindo aos indivíduos a possibilidade da sua realização humana por meio de uma atividade prática e consciente, num processo que elimine do trabalho - e conseqüentemente da sociedade - a Alienação (PEREIRA, 2013).

Notadamente esta condição é impossível de acontecer nos marcos da sociedade burguesa constituída, cujo caráter estrutural, portanto, incorrigível, tenderá sempre a conformar o trabalho e as atividades humanas em atividades fragmentadas e controladas, destituídas de caráter criativo.

Assim, torna-se primordial a superação desta modalidade de sociedade através de um processo organizado de revolução social, que atue de modo a destituir a classe burguesa da posse dos meios de produção, e concomitantemente, torne estes de uso e posse sociais. Esta revolução é não mais especificamente, uma revolução comunista, em que a atuação organizada dos trabalhadores e dos demais segmentos sociais de não-proprietários torna-se o meio necessário.

Uma vez eliminada a propriedade privada dos meios de produção, estão dadas as condições para a eliminação da força de trabalho como mercadoria pertencente ao capitalista, cujo objetivo principal é a produção de um excedente que não lhe cabe. A produção passa a atender as necessidades sociais e não aos imperativos da propriedade privada.

Suponhamos, finalmente, para variar, uma sociedade de **homens livres**, que trabalham com **meios de produção comuns**, e empregam suas múltiplas forças individuais de trabalho, conscientemente como **força de trabalho social**. Reproduzem-se aqui todas as características do trabalho de Robinson, com uma diferença: **passam a ser sociais, ao invés de individuais**. Todos os produtos de Robinson procediam de seu trabalho pessoal, exclusivo e, por isso, eram, para ele, objetos diretamente úteis. **Em nossa associação, o produto total é um produto social**. Uma parte desse produto é utilizada como novo meio de produção. Continua sendo social. A outra é consumida pelos membros da comunidade (MARX apud PEREIRA, 2013, p 100-101, grifos do autor)

Assim, estão dispostos os meios fundamentais para a eliminação do fenômeno social da Alienação, com a abolição da propriedade privada dos meios de produção e da divisão e exploração do trabalho. Uma vez suprimida a divisão social do trabalho em curso na sociedade burguesa, há a plena condição para que o indivíduo torne-se sujeito

de sua atividade criadora, e, restituído o caráter social da produção, cai por terra o revestimento fetichizado que o produto social possui na forma mercadoria.

5 - Considerações Finais

Por meio deste estudo, observou-se que o fetichismo da mercadoria se generaliza ao conjunto dos aspectos da vida humana na sociedade burguesa constituída, tendo como pressuposto objetivo a existência de um modo de produção em que, por suas características específicas, promove-se a universalização da relação mercantil, de maneira que todos os produtos do trabalho humano, e mais ainda, a própria força de trabalho, são convertidos em mercadorias, o que possibilita afirmar que há a mercantilização de toda a sociedade.

Em seu fundamento de revestir os produtos do trabalho humano e as relações sociais de modo mais amplo, sob a forma de relações entre coisas, o fetichismo da mercadoria, como fenômeno próprio a produção mercantil capitalista, tem condições de se universalizar ao conjunto da sociedade, quando a organização social capitalista, da esfera da produção, estende-se para as demais dimensões da existência humana, num processo em que se amplia o controle e a racionalização característicos a esta forma de organização social da produção, para as demais esferas sociais, de maneira a dotar de aspectos fetichizados o conjunto dos intercâmbios humanos, que, portanto, sob aparências reificadas, adquirem uma feição alheia a qualquer tipo de intervenção social.

Entendemos que diante das constatações obtidas na elaboração deste trabalho, a sua principal contribuição é o estímulo que suscita em direção ao desnudamento dos processos alienantes em voga no atual estágio da sociedade burguesa, numa busca pela desnaturalização dos opressivos e limitantes mecanismos sociais, que uma vez revestidos sob uma aparência reificada, tendem a subordinar os indivíduos a lógica própria a sociedade capitalista, e assim tolher qualquer possibilidade de superação desta modalidade de sociedade, que entendemos ser viável por meio de uma consciente revolução social comunista.

Portanto, superar a lógica desumana do Capital é um desafio para todos aqueles, que de uma forma ou de outra, compreendem que uma outra lógica é possível.

6 - ABSTRACT

The goal of this article is to analyze how the commodity fetishism, this historic manifestation-specific social phenomenon of alienation, generalizes to conform to your logic, all the aspects of human life in bourgeois society formed. In such intent research conducts a bibliographic survey through the reading and analysis of the works of some of the top authors who deal on the subject of commodity fetishism, with special emphasis to fundamental analysis developed by Karl Marx around the merchandise, in his masterpiece, the Capital. As a result of this investigation, it appears that the universalization of the mercantile relationship, how to process particular to bourgeois society formatted, operates concurrently, for generalization throughout human existence, the fetish itself the product of human labour when transformed into merchandise, which results say that the bourgeois society is lavish in his social foundations of its processes in appearances fetishized. In this way you will reach the conclusion that the human exchanges, as a whole, become coated by fetishized features, and to cover the dumbfounding processes underway in society, contributing to the maintenance of the current state of affairs. Therefore, it becomes necessary, through the spinal cord of these processes, discover critical-if concrete means of social resilience.

Keywords: Commodity fetishism; Alienation; Bourgeois society; Market output; Reification.

Referências

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética: Fundamentos sócio-históricos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 67-77.

LÚKÁCS, Gyorgy. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 193-240.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980. Livro I, t. 1.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 50, abril de 1996.

_____. BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, Valmir. **O indivíduo burguês e a crise da escola**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. p. 94-104.

SWEEZY, Paul M. **Teoria do desenvolvimento capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Sobre a alienação em Marx. In: **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 433-454.

VILAR, Pierre. A transição do Feudalismo ao capitalismo. In: Theo Santiago. (Org.) **Do feudalismo ao capitalismo**. São Paulo: Contexto, 1988. P. 35-47.